



PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 048 DE 31 DE OUTUBRO DE 2.011.

“Altera a Lei Municipal nº 3.311, de 25 de junho de 2.010, e extingue a convocação de Regime de Tempo Integral e dá outras providências.”

O Presidente da Câmara Municipal de Eldorado do Sul, Estado do Rio Grande do Sul.

FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Eldorado do Sul aprovou e, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município, sanciona e promulga o seguinte:

LEI

Art. 1º - Altera a numeração sequencial e o art. 12 do Capítulo IV – Das Promoções da Lei Municipal nº 3.311, de 25 de junho de 2010, passa a vigorar acrescentando as seguintes alterações:

**CAPITULO IV
DAS PROMOÇÕES**

Art. 10. A promoção será realizada dentro da série de cargos mediante a passagem do servidor de uma determinada classe para a imediatamente superior.

§1º - Cada Categoria Funcional terá oito classes, designadas pelas letras “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G”, e “H”, sendo esta última a final de carreira.

§2º A Cada cargo se situa dentro da Categoria Funcional, inicialmente na classe “A” e a ela retorna quando vago.

Art.11. As promoções obedecerão ao critério de tempo de exercício em cada classe e ao de merecimento.

“Art. 12 – (...).”



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL

- I- Três anos para a classe “B”,
- II- Três anos para a classe “C”,
- III- Três anos para a classe “D”,
- IV- Três anos para a classe “E”,
- V- Três anos para a classe “F”,
- VI- Três anos para a classe “G”,
- VII- Três anos para a classe “H”.

Art. 13-(...).

§1º (...).

§2º (...):

- I- (...),
- II- (...),
- III- (...),
- IV- (...),
- V- (...),
- VI- (...),
- VII- (...).

§3º (...).

Art. 14.(...):

- I- (...),
- II- (...),
- III- (...),

Art. 15.(...).”

Art. 2º. A partir desta Lei fica extinta a convocação para regime de tempo integral, que até então prevista nos artigos 20 e 21 da Lei Municipal nº 3.311, de 25 de junho 2010.

Art.3º. Os servidores que até a data da publicação desta Lei, perceberem a convocação para regime de tempo integral, incorporam a partir da publicação desta Lei a vantagem.

§ 1º A vantagem fica incorporada a remuneração do servidor segundo o percentual de 20% (vinte por cento) a 60% (sessenta por cento), sob o vencimento básico do cargo, segundo o que dispunha o último ato de convocação.

§ 2º O servidor que tiver incorporada a aludida vantagem, não poderá simultaneamente perceber a remuneração da função gratificada.



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE ELDORADO DO SUL

Art.4º. Os servidores públicos efetivos que atualmente se encontram no quadro de servidores do Poder Legislativo serão distribuídos nas classes “A”, “B”, “C”, “D”, “E”, “F”, “G” e “H” do Plano de Carreira que lhe corresponder, observado como critério de enquadramento o tempo de exercício no cargo efetivo em que se encontra, cumprido até a data de início de vigência desta Lei como sendo tempo de permanência na classe para fins de promoção, inclusive sua fração.

Parágrafo único. O departamento de pessoal fará o levantamento do tempo de exercício no cargo efetivo dos atuais servidores, considerando apenas o decorrido desde a sua nomeação no atual cargo, vedada à adoção de tempo fictício.

Art. 5 º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Ficam revogados os artigos 20 e 21 da Lei Municipal nº 3.311, de 25 de junho de 2010.

Gabinete da Presidência em 31 de outubro de 2011.

Ver. José Carlos Souza da Silva
Presidente

Registre-se e Publique-se
Ver. Romeu Wilhlem
1º Secretário



EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Tal Projeto de lei que visa extinguir a convocação de tempo integral revogando os artigos 20 e 21 da Lei 3.311/10 que dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Legislativo e de seu quadro de funcionários. Com essa iniciativa estamos proporcionando maior segurança jurídica para nossos funcionários que já vem percebendo cotidianamente tal vantagem e encerrando o adicional de tempo integral até a data da publicação dessa Lei. A partir dessa data serão incorporados ao vencimento básico do servidor o percentual que ele recebia a título de convocação de tempo integral passando a obedecer o regime de promoções por tempo de exercício em cada classe e ao merecimento como reza a Lei 3.311/10 seu artigo 11. Ainda devido a lapso de digitação estamos renumerando corretamente os artigos do Capítulo IV – Das Promoções dessa lei tornando-a mais clara e precisa nos termos da Lei Complementar nº95/98.

Sendo assim e contando com a costumeira apreciação dos Nobres Edis, enviamos também nossas cordiais saudações.

Eldorado do Sul, 31 de outubro de 2011.

Ver. José Carlos Souza da Silva
Presidente